

PONTOS E NÓS: DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E POLÍTICAS DE INCLUSÃO

Claudio Roberto BAPTISTA

Um capítulo introdutório deve apresentar o conjunto de ideias sistematizadas. *Pontos* de interesse expressos em um elenco que vincula a ação profissional e acadêmica de diferentes proveniências. Além disso, deve reunir variadas áreas de conhecimento. As convergências são evidentes: a aposta na escola como território de reinvenção, apesar do reconhecimento de sua ação restritiva e cerceadora; a compreensão de que o convívio com os diferentes modos de ser sujeitos é constitutivo da experiência humana e não deve ser evitado, mas potencializado no ato educativo; a aposta no conhecimento que se produz na pesquisa, no diálogo e na afirmação de nossa constância: a mudança. O texto inicial de um livro deve também situar o leitor sobre os nós. *Nós* somos aqueles implicados na exposição de ideias que buscam a conexão entre a dimensão ampla, coletiva, nacional, internacional com aquela local, singular, cotidiana e desafiadora. Assim, ao olharmos o Rio Grande do Sul, São Paulo, o Espírito Santo, Santa Catarina e os municípios constitutivos desses estados, investimos na busca de alternativas para um grande desafio: a escolarização das pessoas com deficiência. Este é o tema central que articula nossos fios em nós que agora são expostos.

Claudio Baptista, no texto “Educação especial e políticas de inclusão escolar no Brasil: diretrizes e tendências”, apresenta uma reflexão sobre o movimento político que caracteriza a educação especial brasileira na década 2001/2010. Analisar a educação especial passou a ser uma necessária iniciativa quando nos referimos às políticas de inclusão, pois os sujeitos prioritários desse processo são aqueles que historicamente têm sido reconhecidos como os sujeitos *da educação especial*, particularmente as pessoas com deficiência. Discutir quem, na atualidade, é assim identificado, quais os serviços de atendimento e de escolarização que são reconhecidos como os mais adequados, além dos sentidos e das metas da política educacional para essa área são objetivos presentes no referido capítulo. Por meio do foco nesses objetivos, busca-se a compreensão acerca das possíveis mudanças na gestão das políticas de inclusão escolar que caracterizam uma década, a qual se constitui como um período histórico de grandes expectativas em função das mudanças políticas anunciadas com a eleição do Presidente Lula da Silva. Conhecer, portanto, os movimentos específicos de áreas como a educação e a educação especial pode ser um bom modo de refletir sobre os desdobramentos de um plano de democratização que implica o fortalecimento das políticas sociais.

No que se refere à educação especial, tem havido prioridade efetiva ao acesso e à permanência desse alunado na classe comum? Como essas metas têm permeado os planos e os projetos municipais? Quais as configurações propostas para os serviços especializados de educação especial e suas relações com o trabalho desenvolvido em classe comum? São perguntas que permitem a evolução de uma análise que identifica rupturas no discurso político instituído ao longo da década. Além dessas reflexões globais, considero imprescindível que avancemos no conhecimento das especificidades de um território multifacetado como o brasileiro, seus estados e municípios.

Ao analisar um contexto específico, no capítulo “Implantação de políticas públicas de inclusão escolar no Rio Grande do Sul: memória e trajetória”, Francéli Brizolla analisa as relações entre os diferentes planos propositores das políticas, valorizando a emergência de políticas locais “convergentes ou alternativas à política central” como parte de um processo que responsabiliza as diferentes instâncias gestoras, gera movimento

construtivo e cria espaço para a invenção do novo. Desse modo, segundo a autora, “as políticas centrais constituem-se em oportunidades de construção de políticas locais que se debruçam sobre os princípios e as propostas colocados pelo programa global e, a partir destes elementos, desdobram as suas ações conforme as necessidades e possibilidades locais”. Pela pluralidade de nexos construídos, tais reflexões associam-se à compreensão da política como um processo de aprendizagem, portanto gerador de mudanças contínuas e recíprocas, sem que seja recomendada a cisão elucidativa de etapas desse processo.

Essas mudanças são alvo de atenção de Denise Meyrelles, Agda Gonçalves, Alexandro Vieira e Ariadna Effgen, no capítulo “Diálogos reflexivos sobre políticas de educação especial na perspectiva da inclusão escolar no Estado do Espírito Santo”. O texto apresenta reflexões que foram construídas em um “Colóquio de Pesquisa”, no Espírito Santo, envolvendo profissionais em atuação em diferentes contextos: Superintendências¹ e Secretarias Municipais de Educação, escolas de ensino comum e instituições especializadas. A busca empreendida pelos autores é de compreender os movimentos que vêm se instituindo no Espírito Santo em favor da escolarização de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, além do destaque aos processos de formação inicial e continuada de professores.

Katia Caiado, ao analisar a complexidade que se associa às políticas públicas, apresenta reflexões que valorizam a dinamicidade, anunciando as tais políticas como integrantes de um movimento de lutas e conflitos entre as diferentes forças sociais em confronto na sociedade, resultando em um processo histórico situado em momento histórico específico. No texto “Educação especial no campo: uma interface a ser construída”, a autora procura mostrar uma temática bastante singular e pouco analisada: a aproximação entre o debate que considera a educação das pessoas com deficiência e a educação no campo. Apresenta, além da dimensão conceitual, os indicadores do Censo Escolar referentes às matrículas na educação especial no campo, associando-os aos dados de 27 municípios paulistas que têm classes multisseriadas na área rural. O

¹ O termo superintendência, no Espírito Santo, refere-se à unidade gestora da educação estadual para um conjunto de municípios, como ocorre com o termo coordenadoria no Rio Grande do Sul.

eixo da reflexão é a ausência de políticas públicas para a população que vive essa condição de interface, assim como a necessidade de ampliação do conhecimento sobre o tema. Os alunos que têm no campo suas origens apresentam singularidades que muitas vezes são negligenciadas pela escola, como acontece com o aluno proveniente do ambiente urbano periférico, as classes populares.

Em sintonia com uma complexa maneira de compreender os processos de identificação, encontramos o texto “Políticas de inclusão escolar, diagnóstico e sujeitos da educação especial”, de autoria de Fabiane Bridi. O texto parte das orientações e diretrizes da *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, de 2008, quanto à definição dos sujeitos da Educação Especial e às formas de organização dos serviços para problematizar os diagnósticos e os processos de identificação desses alunos, com especial atenção para o campo da deficiência mental. Para a efetivação da análise, a autora recorre aos manuais de diagnóstico e de classificação dessa categoria de sujeitos, além de questionar a imprecisão terminológica e conceitual utilizada nos documentos oficiais brasileiros, em função dos diferentes direcionamentos identificados. Tais reflexões permitem que, ao problematizar determinadas práticas e alternativas conceituais, seja conferida visibilidade às bases teóricas que têm sustentado a identificação destes sujeitos no contexto escolar.

A análise de diferentes perspectivas teóricas associadas aos processos de identificação está presente nas reflexões de Carla Vasques, no texto “O diagnóstico e a escolarização de alunos com transtornos globais do desenvolvimento”. A autora considera a confluência entre a educação, a filosofia e a psicanálise para a busca de ressignificar a relação diagnóstico-escolarização-inclusão escolar, considerando a importância dos contextos, dos conceitos e das políticas como elementos estruturais. Além disso, analisa os efeitos desses processos ao discutir a prática pedagógica e a função da escola para esses sujeitos. Trata-se de colocar em evidência um processo de ressignificação que aponta o valor constitutivo da escola e da educação quando abordamos singularidades que se expressam nas vivências de pessoas com transtornos globais de desenvolvimento. Para esses sujeitos, a autora discute a necessidade de uma aposta que evoca a responsabilização pelo processo educacional da criança com autismo e psicose infantil.

O plano da intervenção pedagógica está presente em uma multiplicidade de proposições que têm sido identificadas como “atendimento educacional especializado em educação especial”. A oferta de apoio especializado em momentos precoces de escolarização tende a constituir uma base inicial, criando oportunidades que fazem diferença no modo como as crianças com deficiência vivem a escola. Esse tema está presente no texto de Cláudia Freitas, “Educação precoce e Psicopedagogia inicial: atendimento educacional especializado de zero a seis anos na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre”. A proposta deste trabalho é dar visibilidade a uma modalidade de atendimento educacional especializado oferecido a crianças de zero a seis anos, na referida rede, nomeada de Educação Precoce (EP) e Psicopedagogia Inicial (PI). Ao considerarmos sua história, percebemos que esses serviços foram implementados inicialmente em uma das quatro escolas especiais existentes na rede, no início da década de 1990, tendo sido posteriormente estendidos às outras três escolas especiais. Trata-se, assim, de uma ação específica, realizada em instituições especializadas em educação especial, que há vários anos se organiza como atendimento complementar para alunos da educação infantil. Como se organiza este apoio? De que modo são combinadas iniciativas que integram o atendimento à criança e o acompanhamento de processos escolares que envolvem outros educadores? A autora procurou descrever como se configuram ambos os serviços, utilizando nessa elaboração sua experiência de profissional que se ocupou desse trabalho, por vários anos, em uma das quatro escolas especiais municipais de Porto Alegre.

Mauren Tezzari amplia o debate sobre esse tema no texto “Atendimento educacional especializado em sala de recursos: a potencialidade de uma proposta diante de novos contextos e novas demandas”. O contexto de referência se mantém – a Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre –, mas as reflexões dizem respeito à sala de recursos para alunos do Ensino Fundamental. Vale lembrar que esse espaço pedagógico assumiu um protagonismo evidente na política educacional brasileira, após o ano de 2008, em função da intensificação da exigência de escolarização de todos os alunos no ensino comum. A autora analisa um serviço existente há muitos anos, investigado em momentos precedentes, e sintônico com a compreensão de ação complementar ou suplementar

da educação especial – a Sala de Recursos. Quem é o profissional que está atuando nesse espaço? Qual a sua formação? Quem são os alunos que se beneficiam desse atendimento? Em que medida ganham viabilidade as metas de ação articulada entre o trabalho em sala de recursos e a sala de aula do ensino comum? Quais as características da intervenção pedagógica que se constitui como o trabalho docente do educador especializado que atua em sala de recursos? São questões atuais e geradoras de dissonâncias. Nesse sentido, pode-se afirmar que constituem um debate central para a educação especial contemporânea e exigem contínuos investimentos para a sua elucidação.

As diferentes configurações do atendimento educacional especializado nos auxiliam a refletir sobre a prática pedagógica. Características? Limitações? Parcerias? Assim, olhar para experiências que têm se instituído em redes comuns de ensino pode ser um ato inaugural para nossa contínua refundação das bases constitutivas da docência. Discutir uma dessas experiências é a motivação de Clarice Traversini em “Inclusão escolar e docência compartilhada: reinventando modos de ser professor”. Partindo dessa perspectiva, o texto tem como objetivo analisar uma possibilidade da inclusão escolar pela via do Projeto Docência Compartilhada, desenvolvido em escolas da rede municipal de Porto Alegre. Para tanto, são apresentados três momentos: a necessidade da inclusão escolar como uma exigência dos tempos atuais; alguns aspectos que configuram o Projeto Docência Compartilhada; e, por fim, a partir de uma pesquisa em andamento realizada pelo Grupo de Pesquisa em Educação e Disciplinamento (GPED-UFRGS), são analisados alguns efeitos do projeto, que congrega a ação de parceria de diferentes educadores na docência nos anos finais do Ensino Fundamental, com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e/ou deficiência e que estão inseridos no ensino comum.

No texto “A *prática* pedagógica, a inclusão escolar e a reflexão docente: fios de uma complexa tecelagem”, Katia Santos dá continuidade às ponderações sobre a docência, apresentando uma discussão que enfatiza a importância da reflexão docente sobre a prática pedagógica em contextos de inclusão escolar. Sugere o entrelaçar dos conceitos – professor reflexivo e relação pedagógica. Analisa casos singulares e vivências cotidianas que

passam a ser consideradas “experiências”. Investe na diferenciação entre o *Agir* e o *Agir com*, concebida como estratégia central da docência que permite o reconhecimento da dinamicidade da prática cotidiana. Ser professor, formar-se professor.

Maria Sylvia Carneiro apresenta um debate acerca da formação ao analisar o acompanhamento de jovens docentes no texto “Práticas pedagógicas na perspectiva da inclusão escolar de alunos com necessidades especiais: diálogos com uma experiência em dois contextos educacionais”. A autora dialoga com alguns aspectos de uma experiência vivida no projeto de extensão *Assessoramento Interdisciplinar a processos inclusivos no Colégio de Aplicação e Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC*, do qual participou como supervisora de estágio não obrigatório de alunos do Curso de Psicologia da UFSC. As necessidades específicas apresentadas por alunos com deficiência em escolas comuns geram a necessidade de flexibilizar tempos, espaços e práticas pedagógicas, configurando novas dinâmicas de organização escolar. Ao longo de suas reflexões, a autora destaca que as mudanças necessárias tendem a ser significadas pela escola como dificuldades ou obstáculos, quer seja pela inadequação de espaços físicos sem acessibilidade universal, quer seja por entraves nos processos de comunicação devido à utilização – por alguns alunos – de códigos linguísticos distintos dos usuais, ou, ainda, por diferentes dificuldades dos professores em lidar com situações do cotidiano escolar que demandariam uma reorganização das dinâmicas das práticas pedagógicas.

Os desafios curriculares somam-se àqueles vinculados à formação e à capacidade de lidar com novos dispositivos que integram a ação docente. Refletir sobre essa tendência é uma das metas de Liliana Passerino em “A tecnologia assistiva na política pública brasileira e a formação de professores: que relação é essa?”. A autora apresenta uma visão geral da área de conhecimento denominada de Tecnologia Assistiva (TA) e discute a sua inserção no espaço educativo por meio da política de implantação de salas de recursos nas escolas públicas. Aborda a questão das Salas de Recursos Multifuncionais como espaços para o serviço de tecnologia assistiva visando à inclusão dos alunos com deficiência na escola comum, trazendo para discussão dados atuais da política governamental. O debate oportunizado pelo texto contempla ainda a análise de fundamentos teóricos, apresentando

uma abordagem sócio-histórica e cultural da TA concebida como área e como recursos. Tal compreensão favorece, segundo a autora, não apenas a ampliação, mas a complementação ou suplementação das funcionalidades da pessoa com deficiência. A partir desses desafios, são apresentadas duas propostas de formação desenvolvidas, discutindo a visão integradora que pode ser sintetizada em três movimentos interrelacionados: *problematização do fazer* como ação pedagógica; *pensamento em ação*; e *análise crítica* como ação reflexiva.

As dimensões do desafio docente em contexto de inclusão escolar expõem o quanto necessitamos de aprofundamentos que nos auxiliem a colocar em suspensão a dimensão pragmática do ato que educa. Essa diretriz está presente no texto “Subjetividade, formação e educação especial”, de autoria de Marlene Rozek. Essa autora colocou em destaque o tema da subjetividade associado ao processo de formação do professor de alunos que apresentam deficiências. A partir dessa opção temática, a autora buscou compreender os movimentos e percursos do processo de formação pessoal e profissional do sujeito-professor, bem como as produções de sentido que configuram a docência com alunos que apresentam diagnóstico de *deficiência mental* e/ou *deficiência múltipla*, associados ou não a transtornos psíquicos. As reflexões são decorrentes de uma pesquisa que utilizou a abordagem da Narrativa – Histórias de Vida de professoras da rede pública estadual de ensino de Porto Alegre, buscando compreender os horizontes discursivos que constituem o ser professor de alunos com deficiências. Com isso, as histórias de vida são compreendidas a partir de quatro eixos: o diálogo, a alteridade, a experiência e a construção de si mesmo. Tais reflexões nos auxiliam na compreensão de uma perspectiva de formação como parte da vida e indissociável de nossa trajetória humana na sua globalidade.

Gabriela Brabo analisa um momento específico desse ato contínuo da constituição do professor, no texto “Políticas de inclusão escolar e formação de professores: possibilidades pedagógicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul”, ao dar ênfase às singularidades atinentes à formação inicial. A autora se interroga sobre: o que tem sido feito em termos de formação docente para que a suposta falta de preparo dos professores do ensino comum, no que tange ao atendimento ao aluno com deficiência, seja superada? Como os cursos de formação têm preparado

o futuro professor da classe comum para o atendimento ao aluno com deficiência em uma perspectiva inclusiva? Qual é o papel da Universidade na implementação de uma política educacional inclusiva? Ao colocar em evidência tais interrogações, a autora nos alerta para uma lacuna presente nas políticas de formação, pois há evidentes fragilidades na formação inicial decorrentes de precários e insuficientes espaços curriculares associados à educação especial e à inclusão escolar na formação universitária dos futuros docentes.

A compreensão dirigida às políticas educacionais é a meta central de dois textos que analisam uma das dimensões de fragilidade da educação especial brasileira – o financiamento. Fragilidade, sim, se defendemos a oferta da educação especial como transversal aos níveis e modalidades educacionais e como exigência constitutiva da política pública.

Para avançar nesse universo de tensão, Luciane Viegas apresenta o texto “Educação especial, políticas públicas e financiamento educacional”. A autora apresenta uma breve análise dos elementos que constituem o financiamento da educação ao longo da história brasileira e relaciona aspectos referentes à gestão e ao financiamento da educação especial no contexto das políticas públicas contemporâneas. Qual o impacto, na educação especial, das políticas atuais e do financiamento da educação? Ao discutir a produção de conhecimento nessa área específica, o texto afirma que a educação especial tem se beneficiado da alteração de regras de alocação no financiamento da educação decorrente da política de fundos. Identifica avanços, como a elevação das matrículas e a ampliação dos recursos públicos para a área da educação, mas alerta para as singularidades das dinâmicas previstas para a distribuição de recursos e para a precariedade de dados que possam dar subsídios às análises concernentes aos dilemas que caracterizam a relação público-privado na educação especial brasileira.

Discutindo temática semelhante, Marcos Bassi é o autor de “Políticas de financiamento e inclusão no atendimento público de educação especial no Estado de Santa Catarina”. O texto mostra a ampliação efetiva do atendimento de educação especial no contexto daquele estado e destaca como esta perspectiva está diretamente associada às sucessivas políticas de financiamento da educação implementadas a partir do final dos anos 1990. Tais políticas vêm promovendo um considerável peso indutor nas

decisões e no comportamento dos gestores públicos estaduais e municipais brasileiros na oferta de Educação Básica. Tendo em vista os efeitos esperados dos fundos contábeis no financiamento da educação como estratégias importantes e decisivas de indução do atendimento, o autor examina, sob esse prisma, o comportamento dos atendimentos público e privado de educação especial no estado de Santa Catarina desde a implantação do Fundef em 1998. Os dados estatísticos, a análise dos censos escolares e das dimensões financeiras decorrentes do Fundef e do Fundeb constituem-se como eixos para a análise de um contexto específico.

O conjunto de textos que compõem o presente livro nos auxilia na análise relativa às diferentes faces das políticas de inclusão escolar. Um contexto específico é colocado em destaque no texto “Educação especial no Rio Grande do Sul: uma análise de indicadores de matrículas na educação básica (2007-2013)”, de autoria de Melina Meirelles, Cláudia Freitas e Claudio Baptista. Em análise que aborda um período recente da educação especial em municípios que possuem uma representatividade regional, os autores apresentam um mapa em constante mudança no sentido de uma intensificação progressiva da escolarização dos alunos público-alvo da educação especial no ensino comum. Os indicadores de matrículas mostram que há variações entre os municípios que merecem ser exploradas, em perspectiva qualitativa, por meio de estudos futuros. Podem ser considerados elementos de destaque: o percentual de identificação de alunos com deficiência nas diferentes redes; a participação dos diferentes entes públicos ou privados na oferta do atendimento educacional especializado; as alterações em termos de prioridades colocadas em evidência na oferta dos serviços.

Nossos objetivos indicam a ação estratégica de sistematização do conhecimento singular – seja esse conhecimento associado ao financiamento, à formação docente ou à organização de serviços – como busca sistemática de compreensão acerca do tema central do presente livro – a escolarização das pessoas com deficiência e as políticas de inclusão escolar. Ao provocar o diálogo entre diferentes pesquisadores, é provável que tenhamos contribuído com um movimento incompleto que agora ganha materialidade em um encontro que continua. Continua na reinvenção de cada leitor e nas tantas possibilidades de novas pesquisas, de novas perguntas. Deixo então com vocês nossos pontos e nossos nós.